



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

29 DE ABRIL DE 2024

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	César Lopes de Sousa Lourenço

LOCAL DA REUNIÃO	Auditório dos Paços do Concelho
-------------------------	--

MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00 (última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	14:35 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	17:00 Horas

PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	Avelino José Marques dos Santos
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Joaquim Gomes Pinto
-----------------	----------------------------

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 29 de abril de 2024 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Intervenção do Público

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, lembrou que apenas os deputados que estiveram presentes na sessão em apreço, participam na votação.

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

O Presidente da Assembleia Municipal informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, fazendo o resumo do recebimento da mesma:

Padre Sérgio Dinis (Paróquia de Murça):

- Envia convite para estar presente na Visita Pastoral, que sua Excelência Ver., D. António Augusto Azevedo, fará à Paróquia de Santa Maria Maior de Murça;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia para conhecimento o novo episódio de Histórias de Vida do Poder Local – c/Fernando Ruas;

A2000:

- Envia convocatória para Assembleia-Geral da Associação 2000, agendada para o dia 28 de março de 2024;

ANAM:

- Remete convocatória para o Conselho Geral, agendado para 16 de março de 2024;

Capacitar - Academia de Formação:

- Envia informação sobre a Formação: A Prestação de Contas no Setor Público – SNC-AP;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre o 2º Encontro Nacional de Técnicos Superiores Autárquicos;

Liga Portuguesa Contra o Cancro/NRN/Murça:

- Envia convite para a II Noite Solidária

ANAM:

- Envia informações sobre o IV Congresso da ANAM;

Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa:

- Remete informação sobre o Rastreiro de Cancro Oral que vai decorrer no próximo dia 13/04/2024, no Centro de Saúde de Murça;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete convite para estar presente na apresentação do “Relatório de Atividades 2023 da Unidade de Saúde Familiar de Murça”, dia 8 de abril, pelas 13h30, no Auditório da Câmara Municipal;

ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local:

- Envia informação sobre a Conferência em Santarém sobre Simplex Urbanístico; agendada para o dia 16.05.2024;

Associação Vale d’ Ouro:

- Solicita a consignação do IRS à Associação Vale d’ Ouro – NIF 508615747;

Comando Territorial de Vila Real da GNR:

- Informa que se irá realizar uma plantação de árvores, junto à localidade de Mascanho. Murça – Plantação de árvores – Operação “Campanha pela Floresta 2024”;

União de Freguesias de Noura e Palheiros:

- Remete convite para participar na Festa da Padroeira, dia 13 de abril, pelas 17 horas.

Câmara Municipal de Murça:

- Envia informação e convida a participar nos Concertos de Música “8 séculos, 8 concertos, 8 igrejas”;

ANAM:

- Confirma a inscrição no IV Congresso da ANAM, agendado para o próximo dia 18 de maio, em Barcelos;

Vereador do PS, Dr. Joaquim Pinto:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/04/2024;

Eduardo Pinheiro:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/04/2024;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete propostas para inclusão na Ordem do Dia da sessão de 29/04/2024;

AEDREL:

- Solicita informação para constar no Anuário das Assembleias Municipais;

Núcleo de Apoio de Murça da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte:

- Remete convite para a 9ª Caminhada Solidária da LPCC – Murça, 1/05/2024;

Pedro Carvalho:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 29/04/2024;

_____/_____/_____

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O deputado do PS, Rui Ramos, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e referiu as comemorações do 25 de abril, aludindo que decorreram bastante bem em espírito democrático. É de valorizar que pelo menos ao final dos 50 anos, Murça conseguiu ter realmente uma atividade que foi de muito valor. Aproveitou para também deixar um agradecimento especial à comissão organizadora, assim como à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Murça e à Banda Marcial de Murça, pelo tempo que disponibilizaram no hastear de Bandeiras, no início das cerimónias e durante os discursos proferidos. Referiu ainda dois

momentos muito interessantes que aconteceram no período da tarde, com a mesa redonda e o concerto de Manuel Freire. Em sua opinião, aquela mesa redonda foi um momento de debate muito interessante não só porque se debateram ali pontos de vista completamente diferentes, mas porque é bom lembrar que aquilo só é possível de acontecer, depois do 25 de abril de 1974 e é importante que seja lembrado.

- O deputado do PS, André Lage, saudou todos os presentes e referiu um dossier que lhes foi entregue na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, na sequência de um pedido que a Bancada do Partido socialista fez através de ofício, no sentido de terem informação mais concreta, sobre o Parque Industrial de Murça/Palheiros. Vão-se apercebendo que há ali um marasmo nítido e era importante terem mais alguns elementos, para poderem fazer algumas perguntas e uma análise mais concreta. Olhando para o documento que lhes foi entregue, verifica que há 12 (doze) lotes onde não se vislumbra qualquer intenção de investir, uma vez que nove foram escriturados vai fazer dois anos no próximo mês de agosto, três lotes foram escriturados há nove anos e em nenhum destes doze casos existiu sequer um pedido de licenciamento na Câmara Municipal, muito menos o início de qualquer obra de construção. Diz o regulamento que após a escritura, os compradores têm três meses para apresentação do pedido de licenciamento, sendo que, estas entidades/empresas estão em claro incumprimento do preceituado no referido Regulamento. Existem lotes com pedido de licenciamento atribuído ou em curso, mas sem obra lançada. Convém também verificar que o Regulamento indica um mês, para o arranque da obra após a emissão de licença de construção e dezoito meses desde a escritura, o lote deverá apresentar um volume de construção não inferior a 25% da estimativa orçamental. Há ainda dois lotes por ocupar da 2ª fase e duas empresas encerradas na 1ª fase. Perguntou o que é que o Município pretende fazer e quais são as diligências que está a desenvolver, nomeadamente no sentido de fazer cumprir o Regulamento. Porque, ou as empresas fazem o pedido de licenciamento e percebesse que há uma clara intensão de investir, ou então, o Município tem que usar das ferramentas que estão previstas no Regulamento, que é a reversão dos lotes, poder lançá-los novamente a concurso e pô-los novamente no mercado, para quem, de facto, queira investir, criar emprego e gerar riqueza no nosso Concelho. Insistiu em perguntar o que é que se passa com aquele Parque Industrial e a razão pela qual, havendo tantas situações de incumprimento do Regulamento, o motivo pelo qual o Executivo não está a fazer cumprir, esse Regulamento. Voltou a referir o assunto da ADIN, sobre os esclarecimentos que o Senhor Presidente ficou de obter, relativamente àquele laboratório que está a ser investigado e perceber se esse laboratório, alguma vez, efetuou o controlo de qualidade no ano de 2022 e início de 2023. Reitera que, pelo facto do antigo Presidente da ADIN ser candidato a deputado pelo Partido Socialista, não o atrapalha minimamente e irá continuar

a perguntar as vezes que forem necessárias, até que consiga ter uma resposta que o satisfaça e sobretudo, que tranquilize as pessoas. Sobre o Feriado Municipal, questionou o Senhor Presidente da Câmara, o que é que está previsto para o Dia 8 de Maio – Feriado Municipal. Relativamente à Feira Franca; Feira de Produtos Regionais ou Feira dos Vinhos Brancos na Praça, perguntou qual destes eventos vai existir, se é que vai existir, qual é que vai ter continuidade e quando se realizará.

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e parabenizou o Município pelo primeiro lugar no IPIC - Índice de presença na internet das Câmara Municipais, no entanto, gostaria de perceber do que é que se trata este índice, se são as comunicações divulgadas pelo Município ou se é a procura de informação por parte de terceiros ao site do Município e a que tipo de serviços online se refere a notícia. Lembrou que, tem insistido aqui por diversas vezes no pagamento dos serviços da Câmara, através de referências multibanco e até já foi divulgado pelo Município, em novembro de 2023 que o serviço estava a ser implementado, mas até ao momento ainda não está disponível. Reitera que, continua a dirigir-se aos serviços quando pode e muitas vezes está em incumprimento, para pagar as refeições do seu filho e obviamente se fosse através de referência multibanco facilitaria imenso.

- A deputada do PS, Emília Sousa, cumprimentou todos os presentes e colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara. Disse que, através de consulta regular ao site da autarquia verificou que a informação está desatualizada. Lembrou que, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de dezembro chamou à atenção relativamente às acumulações de funções, uma vez que a informação que lá está vertida estava desatualizada e assim continuam. A última certidão que lá consta é de 2020, a dizer que não há trabalhadores em situação de acumulação de funções. Se não há, ou se não houve nos anos anteriores a 2024, então também deveria constar essa mesma informação. Assim como, relativamente aos procedimentos concursais que continua a não constar tudo no site do Município. Nomeadamente, no dia 17 de abril que abriu um procedimento concursal para o Cargo de Diretor de Departamento – Direção Intermédia de 1º Grau foi publicado em Diário da República, exatamente o texto do aviso, onde refere que todos os requisitos formais serão publicitados na Bolsa de Emprego Público, como está. Mas no site da Câmara, mais uma vez, continuamos a não ter esta informação. Fica triste porque pugnamos tanto pela transparência e muito bem e não percebe o porquê destas coisas que em questão de transparência, são tão pertinentes, continuarem a não constar no site da autarquia. Desconhece qual será a dificuldade em se colocar o link da BEP- Bolsa de Emprego Público no nosso site. Quanto à Estratégia Local de Habitação, disse que gostaria de

perceber o ponto de situação e ainda saber quantos colaboradores estão alocados, para o exercício desse trabalho.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, cumprimentou todos os presentes e felicitou o Município de Murça por mais uma edição da Rampa Porca de Murça. Um evento que já tem vários anos, com boas edições e que muito leva o nome de Murça por esse país fora e não só. Congratular também o apoio dado aos pilotos de Murça. É sempre bom ter pilotos de Murça a participar, com o apoio do Município da sua terra.

- O Presidente da Assembleia Municipal de Murça, António Augusto Ribeiro, disse que, relativamente à intervenção do deputado Rui Ramos e naquilo que lhe toca, nomeadamente à festa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, dado que ele fez parte da comissão organizadora e foi importante dar a esta comemoração um cunho diferente, há de outras comemorações anteriores. Nem tudo o que foi pensado foi possível fazer, nomeadamente falhou não terem sido convidados todos os militares murcenses que prestaram o seu serviço militar obrigatório e que fizeram parte dos vários ramos das Forças Armadas, antes e pós o 25 de abril. Claro que, seria um número bastante grande, mas na sua ótica foi um aspeto que falhou nas comemorações. Contudo, procuraram fazer o melhor possível, mas acha que seria de bom-tom termos convidado os militares de Murça que estiveram no antes, no 25 de abril e que combateram nos mais diversos lugares: Angola, Moçambique, Guiné e ainda depois do 25 de abril onde alguns ainda estiveram em serviço, naqueles anos mais conturbados. Agradeceu as palavras do deputado Rui Ramos, relativamente à organização e agradeceu, deu os parabéns a todos quantos participaram nesta atividade e por terem honrado este movimento e esta data histórica, que devolveu a democracia a Portugal.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, saudou todos os presentes e disse que não fez parte da comissão de honra das Comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril de 1974, mas também deu o seu contributo. Foi um momento interessante e singular de comemorar esta data tão importante. Lembrou que, no passado também houve momentos interessantes, nomeadamente com a homenagem aos Presidentes de Junta, momentos culturais, entre outros. Relativamente às questões colocadas com o deputado André Lage e que se prendem com a Zona Industrial, respondeu que o Regulamento deve ser cumprido e as diligências que se estão a fazer, para que o mesmo seja cumprido são permanentes. Estão a lidar com empresários com as suas dificuldades e nem sempre as coisas correm como seria desejável, mas o argumento que de alguma forma levantou mais dificuldades para o início das obras, foi a subida do preço de construção. Referiu que, um deles estava bem lançado, tinha metido o projeto na Câmara e teve de parar porque passou de 150 mil para

300 mil euros. Há várias dificuldades que se vão levantando e o que o deputado disse, é verdade. É uma situação que em termos regulamentares tem que ser devidamente acautelada e em nenhum momento, sejam quais forem os Regulamentos, podem deixar de ser cumpridos. São circunstâncias que nem sequer passam por decisões do executivo. Existe uma estrutura do Município que deve promover as diligências necessárias, para que estas circunstâncias sejam cumpridoras daquilo que regulamentarmente, está previsto. Fica a chamada de atenção e regista a preocupação e espera a breve prazo, trazer melhores e mais esclarecedoras informações sobre o Parque Industrial. Quanto à ADIN, disse que foi nomeado o novo Diretor executivo e que já tentou ter uma reunião com ele, para discutir outros assuntos e também este, porque é algo que também o preocupa e é importante perceber o que realmente aconteceu. Relativamente ao Feriado Municipal, deu nota que estão previstos no dia 8 de maio alguns momentos de cariz mais institucional. Disse que, sendo este um ano especial irão desenvolver-se um conjunto de atividades. Aproveitou para se penitenciar pelo atraso na divulgação da informação e solicitou que fossem, de imediato, distribuídos alguns *Flyers* a toda a assembleia. Referiu o “Porca Lápis” – I Festival Literário Internacional de Murça, integrado nas celebrações dos 800 anos da atribuição do 1º Foral a Murça, que celebra a literatura e presta homenagem aos escritores locais. Grande parte das iniciativas, deste Festival Literário, vão decorrer no Parque Urbano de Murça, com conversas literárias, debates, desafios, leituras, apresentações de livros e exposições. Quanto ao primeiro lugar no IPIC - Índice de presença na internet das Câmaras Municipais, disse que Murça ficou em primeiro lugar, mas num conjunto de 100 pontos a serem avaliados, tivemos pontuação que nos permite obter esta posição positiva em apenas 40 pontos, ou seja de 100, existem 60 que procuraremos vir a cumprir. Obviamente que, o serviço de pagamentos através da referência multibanco, já está há demasiado tempo atrasado, mas o sistema contabilístico da autarquia tem as suas particularidades e ainda não foi possível implementar esse serviço. Relativamente às questões colocadas pela deputada Emília Sousa disse que, desconhece se a informação sobre a acumulação de funções está desatualizada ou não, mas irá procurar perceber se está ou não em falta, constar informação no site, relativamente a esta matéria. Quanto aos documentos em falta, relativamente ao procedimento concursal, para o lugar de Diretor de Departamento solicitou ao Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Marcos Barroco que esclarecesse se está ou não em falta, no site da autarquia, alguma informação relativamente a este processo.

- O Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Marcos Barroco, respondeu que toda a informação que foi publicada do Diário da Republica e na BEP, está também no site. Neste momento, está a decorrer o prazo de entrega de candidaturas e logo que esse prazo termine todos os

documentos processados a seguir, serão lá colocados. Sobre a acumulação de funções confirmou que, no site da autarquia, consta apenas a informação de 2020.

- O Técnico da Autarquia, João Monteiro, respondeu que, de facto, a informação está desatualizada. Neste momento, estão a fazer o levantamento de toda a informação e estão a trabalhar numa nova forma de a disponibilizar, inclusive aos Srs. Deputados da Assembleia Municipal, daí estar a levar mais algum tempo, a ficar disponível.

- O Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Marcos Barroco, tomou a palavra para complementar que por causa das novas alterações dos Planos de Prevenção da Corrupção houve um conjunto de medidas que ficou acordado institucionalizar, no município e uma delas abrange a acumulação de funções, daí estar-se a ver todas as situações e logo que tenhamos tudo direitinho, será publicada a informação. Quanto à questão da deputada Emília Sousa sobre a falta de informação no site, relativamente ao procedimento concursal, esclareceu que o *link* já está disponível no site da autarquia, tendo-se aceitado até, a sugestão que a senhora deputada deu, aquando do anterior procedimento concursal.

- A deputada do PS, Emília Sousa, agradeceu o esclarecimento.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, relativamente à Estratégia Local de Habitação respondeu que, estão previstas duas formas de ação. Uma, que são casas de pessoas que estão em situação de carência habitacional, em casa própria e que estão identificadas cerca de 200 casas que possam ter necessidade de intervenção. Numa primeira fase, destas 200, foram candidatas 31 casas, para poderem ser requalificadas. Destas 200, muitas delas não são propriedade devidamente registada pelo beneficiário que pretende candidatar-se e há aqui esta limitação que não nos permite avançar tão rapidamente como seria desejável. Relativamente às 20 casas que foram a parte correspondente àquilo que o Município apresentou como casas que possam ser compradas, para recuperar e colocar à disposição de quem as possa precisar, respondeu que o processo está a ser avaliado, mas ainda não foi feita nenhuma aquisição. Agradeceu as palavras do deputado Tiago Meireles sobre a Prova Rampa Porca de Murça. Esta prova de 2024 foi bastante singular, com muitos inscritos e teve um impacto bastante significativo e segundo os aficionados, a prova nunca teve tanta gente como desta vez.

- O deputado do PS, André Lage, relativamente às informações que o Senhor Presidente da Câmara deu sobre a Zona Industrial, entende que haja dificuldades no que diz respeito à construção e ao aumento do custo das matérias-primas e tudo isso, pode ter criado situações de atraso no arranque

de obras ou de iniciativas que as pessoas quisessem levar a cabo. No entanto, basta olhar à nossa volta para perceber que a construção não está paralisada em Portugal, seja em que domínio for, inclusive no domínio dos parques industriais. Estranha que dos vinte e poucos lotes haja 12 (doze), que nem sequer um pedido de licenciamento foi entregue na Câmara Municipal. Porque, se existe uma intenção e depois acontece algum atraso, isso é perfeitamente compreensível. Mas, de facto, as escrituras foram quase todas realizadas na mesma altura e há um número elevadíssimo de lotes em que nem sequer há um indício de intenção de avançar com alguma obra, porque não existe um pedido de licenciamento submetido. Quanto ao cumprimento do Regulamento do Parque Industrial que o Senhor Presidente refere, inclusive destes 12 (doze) lotes, há 3 (três) lotes que estão em incumprimento desde 2015. O que é preciso para reverter estes lotes a favor do Município e lançá-los a concurso e pô-los no mercado, para que pessoas e entidades que tenham interesse em investir o possam fazer? No fundo aquilo está tudo ocupado e nada avança. Desculpe fazer-lhe este reparo, mas o Senhor Presidente não pode desculpar-se sempre com os outros, porque a questão do Parque Industrial deve ser uma prioridade do executivo e até foi uma bandeira da vossa campanha autárquica, para o desenvolvimento do Concelho. Relativamente ao 8 de Maio – Feriado Municipal e pelo que percebeu, há inúmeras iniciativas a decorrer durante o ano, mas não há nenhuma iniciativa da Feira dos Produtos Regionais / Feira Franca / Vinhos Brancos na Praça?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado André Lage que vai haver a atividade dos Vinhos Brancos na Praça, de 31 de maio a 2 de junho 2024.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, cumprimentou todos os presentes e disse que ficou surpreendido ao ler na Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 fevereiro de 2024, quando na sua intervenção se referiu à entrega de um parecer para uma possível barragem no Vale da Ribeira de Noura, o Senhor Presidente respondeu-lhe erradamente, que é necessário reunir e saber quem constitui a Comissão de Compartes, quando o nome correto é Junta de Agricultores da Área da Ribeira de Noura, pedindo que fosse corrigido. A Junta de Agricultores tem um Presidente eleito, está constituída e tem cédula de pessoa coletiva no Concelho de Murça.

- A deputada do PSD, Sónia Pinto, cumprimentou todos os presentes e leu um Voto de Pesar em nome da Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata, que se transcreve:

“ Faleceu no passado dia 10 de abril, aos 78 anos de idade Maria Libertina Ribeiro, residente em Candedo e mãe de Luís Filipe Ribeiro Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Candedo. A Bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Murça propõe a aprovação de um Voto de Pesar, pelo falecimento de

Maria Libertina Ribeiro e manifesta também publicamente sinceras e sentidas condolências a todos os familiares e amigos em particular a Luís Filipe Ribeiro Alves.”

- Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, saudou todos os presentes e disse que as comemorações do 25 de abril foram de alguma forma bem pensadas e realizadas. Contudo e em sua opinião, nem tudo correu bem. Isto, porque o Senhor Presidente da Câmara a uma determinada altura fez uma pergunta ao painel e todos os ilustres convidados do painel se esquivaram a responder. Quando o Senhor Presidente da Câmara, questionou sobre o 25 de novembro todos os elementos do painel tentaram ser politicamente corretos e andaram ali em rodeios e ninguém respondeu o que era o 25 de novembro ou o que poderia ter acontecido a este país com o 25 de novembro. Disse ter ficado desiludido, porque também ele estava lá para perceber o que poderia ter sido o 25 de novembro, para este país e gostaria de ver respondida essa questão, por pessoas que sabem muito de política e que estiveram no Ultramar. Referiu ainda que, dia 24 de abril a SIC transmitiu um programa com o tema “Revolução e sexualidade” em que o sexo estava ligado ao casamento e as mulheres e os homossexuais, eram os mais oprimidos. Isto para dizer que, esta reportagem da SIC mostrou imagens de há 49 anos atrás, em Palheiros e com pessoas de Palheiras, muitas delas já falecidas e seria importante a Câmara Municipal tentar arranjar estas imagens. Ele já o tentou fazer, mas responderam-lhe que devido à Lei da Proteção de Dados, não seria possível e que estão proibidos de as vender. No entanto, a Câmara poderia fazer um esforço e tentar adquirir essas imagens, junto daquele Órgão de Comunicação.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, respondeu ao Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, que relativamente ao 25 de novembro a resposta que deu o Professor Costa Leite foi muito elucidativa. Claro que não rasgou o verbo, mas todos sabemos que foi uma tentativa da extrema esquerda com o Partido Comunista à frente, a querer virar o “bico ao prego”. Referiu que, hoje, foi para a impressora um livro de sua autoria com o título “As Pedras da Minha Rua”, referindo que as pedras são um testemunho dos tempos passados e se calhar algumas delas são testemunho dos 800 anos do Município de Murça.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e complementou aquilo que o deputado André Lage referiu relativamente à Zona Industrial. Disse que, a ser assim, todos os lotes mais antigos e que já ultrapassaram o prazo para entrega de documentação para aí se poderem instalar, terão de ser revertidos e colocados novamente à disposição, de quem queira realmente investir.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que o deputado Alfredo Veloso falou da troca de denominação e pede desculpa por isso e questionou qual é o nome correto daquela comissão de agricultores.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, respondeu ao Sr. Presidente que a designação correta é Junta de Agricultores do Vale da Ribeira de Noura.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, relativamente à intervenção do Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros disse que, há que ter em conta outros momentos de registo. Quanto à Zona Industrial, disse que já estamos em atraso naquilo que seria o ideal. Dos 12 lotes referidos há um que já avançou e um outro que também já entregou alguma documentação, mas obviamente que não é possível manter a situação tal como está. Associa-se ao Voto de Pesar pelo falecimento da mãe do Presidente da Junta de Candedo, apresentado pela Bancada do Partido Social Democrata.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe Alves, saudou todos os presentes e agradeceu o gesto e a partilha de pesar, pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

- O deputado do PS, André Lage, diz, o Senhor Presidente referiu, agora, que não eram doze lotes mais sim dez, contudo ele teve que se basear no documento que lhe foi entregue na última sessão ordinária da Assembleia Municipal. Alertou que, no documento que lhe foi entregue diz que no lote número 12 (doze) a data da escritura foi em 11/08/2022 e mais à frente diz, sem escritura e sem pedido de licenciamento, pelo que presume que tenha sido um lapso dos serviços. É necessário um interesse diferente, para que aquele Parque Industrial que tem uma localização privilegiada, está infraestruturado e tem todas as condições para se poder desenvolver, mas de facto nós não vemos isso acontecer e é uma preocupação. Espera que, haja de facto um impulso por parte do executivo municipal no sentido de o tornar mais dinâmico. Que sejam tomadas as medidas que devem ser tomadas, fazer cumprir o Regulamento e que haja de facto investimento e fixação da população, no Concelho.

- O deputado do PS, Rui Ramos, pediu a palavra para referir que se associam ao Voto de Pesar que foi apresentado e dar também em nome da Bancada Parlamentar e da Concelhia do Partido Socialista de Murça os mais sentidos votos de pesar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe Ribeiro Alves. Disse que, já tiveram a oportunidade de o fazer pessoalmente, mas nunca será demais deixar aqui, este Voto de Pesar.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, reitera que, este Voto de Pesar é unânime.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse partilhar a preocupação do deputado André Lage e com certeza irá reforçar a preocupação junto dos serviços que acompanham estes processos.

//

Período da Ordem do Dia

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 15 de dezembro de 2023;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 - Proposta Nº 21/GAP/2024 – União de Freguesias de Carva e Vilares. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;

(ao abrigo da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Proposta Nº 25/GAP/2024 – Junta de Freguesia de Jou - Centro de Apoio ao Idoso. Protocolo de colaboração;

(ao abrigo da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

5 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2023;

(nos termos do artigo 77º, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

6 – Prestação de Contas do Ano de 2023;

(alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

7 - Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para a “Execução de empreitada para a requalificação de diversas estradas e arruamentos do Concelho de Murça”, até ao montante de 1.981.123,04€ - Relatório Final.

(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores)

//

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

"Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia 20 de fevereiro de 2024 e o dia 19 de abril de 2024.

1. Pedido de suspensão de Mandato Autárquico. António Luís Marques, eleito vereador nas últimas eleições autárquicas, solicitou a suspensão do mandato autárquico a 10 de agosto de 2023, pelo período de 8 meses. A 9 de abril de 2024, solicitou de novo a suspensão de mandato autárquico por mais 2 meses.

2. Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo constitui um contributo para a valorização da democracia participativa, promovendo a aproximação dos munícipes aos órgãos de decisão e a participação informada e ativa dos mesmos, na definição de melhores soluções e das prioridades do Município na gestão dos recursos públicos disponíveis. Vinte e cinco mil euros é o valor de investimento estipulado pelo Município de Murça para o quarto Orçamento Participativo (OP Murça). O Orçamento Participativo do Município de Murça destina-se a todos os cidadãos, com idade igual ou superior a 16 anos, residentes, trabalhadores, estudantes ou recenseados no concelho. A apresentação de propostas decorre de abril a 30 de junho de 2024 e as mesmas podem ser submetidas através da plataforma online.

3. Assinatura de acordo com o Agrupamento de Escolas de Murça. No passado dia 4 de março, foi assinado um acordo de parceria entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas de Murça, no âmbito da candidatura - Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de Quarta Geração (TEIP 4). Este programa tem como objetivos centrais a prevenção e a redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso escolar de todos os alunos, sendo uma ferramenta para a obtenção de bons resultados do Agrupamento de Escolas.

4. Celebração de Contratos de Comodato. Na Reunião de Câmara N.º 06/2024

de 22 de março de 2024, o executivo municipal deliberou autorizar a celebração de Contratos de Comodato, para a cedência das antigas escolas primárias, entre o Município de Murça e 4 Associações Locais. Os referidos contratos vão ser celebrados com: ASAS - Associação Social Santo António de Serapicos; Associação Cultural de Martim; Assembleia de Compartes dos Baldios de Palheiros; Associação União Lagartos do Sobredo.

5. Assinatura do Protocolo de Cooperação para a criação do Caminho Português de Santiago de Leon de Rosmithal. No passado dia 22 de março, em Póvoa de Lanhoso, na Igreja Românica de Fontarcada foi assinado um Protocolo de Cooperação entre 12 municípios (Alijó, Braga, Cabeceiras de Basto, Freixo de Espada à Cinta, Murça, Póvoa de Lanhoso, Ribeira de Pena, Torre de Moncorvo, Vieira do Minho, Vila Flor e Vila Pouca de Aguiar), o Turismo do Porto e Norte de Portugal E.R. e a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago. Este protocolo tem como objetivo a criação de um novo caminho certificado, com cerca de 230 quilómetros, para Santiago de Compostela, tendo por base o registo da peregrinação que Leon de Rosmithal, Barão de Blatna, iniciou, a 26 de novembro de 1465, até ao túmulo do apóstolo Santiago Maior, em Santiago de Compostela, com passagem por Portugal.

6. Património arqueológico do Cadaval. Os arqueólogos Miguel Almeida e Maria de Jesus Sanches, bem como alguns alunos de Arqueologia da Universidade do Porto, estiveram a investigar o Castro do Cadaval. Esta investigação decorre no âmbito de um consórcio entre o Município de Murça, a Universidade do Porto, a empresa de arqueologia Dryas e a Escola Profissional de Murça.

7. Formação ATAM. Nos dias 19 e 20 de março, no auditório Paços do Concelho, decorreu uma formação da ATAM (Associação dos Trabalhadores da Administração Pública) sobre a reforma e simplificação dos licenciamentos, no âmbito do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. A recente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2024, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria, coloca novos desafios aos técnicos e dirigentes das autarquias locais. A formação foi ministrada por Marcelo Caetano Delgado e contou com a presença de 80 formandos oriundos de vários pontos do país.

8. Apresentação do Relatório de Atividades 2023 da Unidade de Saúde Familiar de Murça. No dia 8 de abril, USF (Unidade de Saúde Familiar) de

Murça, apresentou no auditório Paços do Concelho, o relatório de atividades referente ao ano 2023. Esta iniciativa contou com a presença de vários profissionais das várias categorias da USF Murça, desde Médicos, Enfermeiros e Técnicos Administrativos, com o Executivo Municipal e outras entidades locais, do Presidente do Conselho de Administração e do Enfermeiro Diretor da Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro. Este encontro serviu ainda para debater as várias sinergias existentes e o Plano da USF para o ano de 2024.

9. Parque do Prado. No dia 21 de março foi apresentado publicamente a área onde vai nascer o futuro Parque do Prado. O Dia Mundial da árvore foi o dia escolhido para dar o primeiro passo na criação deste parque, que crescerá numa zona próxima do centro urbano da vila, e promoveu uma plantação de diferentes árvores, desde azinheiras a oliveiras. Foram plantadas 100 árvores, pelas crianças do primeiro ciclo e representantes das instituições locais, que pretendem representar 100 diferentes anos dos 800 que o Concelho de Murça viveu após a atribuição do foral. O "Parque do Prado" será o novo espaço verde de acesso e utilização pública com zonas dedicadas ao lazer, cultura, desporto, saúde e bem-estar, em perfeita comunhão com a biodiversidade. Abrangerá também as vias existentes na proximidade com o reperfilamento destas na perspetiva de integração de uma ecovia, clicável e pedonal, de maneira a conectar-se de forma suave o centro histórico com o parque, numa estratégia de melhoria da qualidade paisagística, ambiental e social em condições de segurança da vila de Murça.

10. Oficina de campo Junto à Terra - Tua (JaT Tua). Decorreu no dia 20 de março, na Zona de Lazer dos Rebelos a edição JaT Tua 2024, esta iniciativa é orientada pelo Parque Natural Regional Vale do Tua e é direcionada para a comunidade escolar, mais concretamente para o 3.º Ciclo. Este projeto de educação ambiental conta com várias oficinas, onde os alunos têm a oportunidade de se conectar com a natureza e a biodiversidade.

11. Plantação de árvores. No dia 9 de abril, o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Vila Real, em parceria com a Câmara Municipal e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), realizou uma plantação de árvores em Mascanho. Esta iniciativa está integrada na Operação "Campanha pela Floresta 2024", que tem como objetivo o apadrinhamento de uma árvore por parte dos alunos do segundo ciclo do Agrupamento de Escolas de Murça

12.Desfile "Arte em Movimento". Em virtude do cancelamento do desfile de carnaval, devido ao mau tempo, o Agrupamento de Escolas de Murça organizou um desfile de arte, que decorreu no dia 15 de abril, pelas 09h30. Este evento contou com a participação dos alunos do pré-escolar, os alunos do primeiro ciclo, a Escola Profissional, a Santa Casa da Misericórdia de Murça e os utentes do CAARPD (Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade).

13. Campo de Férias Páscoa 2024. Com o objetivo principal de ocupar o tempo livre das crianças, durante os períodos de interrupções letivas, decorreu, entre os dias 25 de março e o 5 de abril, o Campo de Férias de Páscoa 2024, para crianças e jovens dos 3 aos 16 anos de todo o Concelho. Foram efetuadas 67 inscrições do 1.º e 2.º ciclo e 15 inscrições do pré-escolar.

14.Ação de sensibilização - Campanha Segura 2024. O Comando Territorial de Vila Real, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), com o apoio do Unidade de Emergência Proteção e Socorro (UEPS) da GNR, no âmbito da campanha Floresta Segura 2024, levou a cabo ações de sensibilização em várias localidades do Distrito de Vila Real. No concelho de Murça, as ações decorreram no dia 9 e 10 de abril, na União de Freguesias de Carva e Vilares e no dia 12 na União de Freguesia de Noura e Palheiros. O objetivo destas ações é aconselhar as populações sobre os critérios de gestão de combustível, junto das habitações e aglomerados populacionais, bem como as normas e procedimentos para a realização de queimas e queimadas, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual e Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, visando contribuir para adequada realização das faixas de gestão de combustível evitando situações de risco em caso de incêndio, bem como prevenir outros comportamentos de risco.

15.Colocação de armadilhas para a Vespa Asiática. Através do Gabinete de Proteção Civil, o Município de Murça iniciou a colocação armadilhas para a captura da vespa asiática (*Vespa velutina nigrithorax*). O objetivo da colocação das armadilhas consiste na captura das fêmeas fundadoras, antes da formação de novos ninhos, permitindo a redução do número de ninhos e consequentemente evitar a reprodução e o aumento exponencial do número de vespas asiáticas adultas. Estão também a ser disponibilizadas algumas armadilhas e as respetivas instruções para a preparação da solução, a particulares, nomeadamente apicultores e agricultores do concelho.

16.106 Anos da Batalha de La Lys. No dia 9 de abril, assinalaram-se os 106 anos da Batalha de La Lys. Para marcar esta data, o Município, promoveu uma visita temática aos alunos do 2.º ciclo do Agrupamento de Escolas de Murça, à Casa Museu Soldado Milhões, em Valongo de Milhais, um local de memória e homenagem ao Herói Murcense, difundindo a sua vida e os seus feitos valorosos. Esta visita permitiu não só o convívio, mas também o conhecimento e a partilha da façanha do Soldado Milhões, da sua história de vida enquanto lavrador, caçador e militar e a interação com alguns dos elementos usados na sua vida, enquanto Soldado da Primeira Grande Guerra.

17. Festival Internacional "Magos da Guitarra". No dia 1 de março, Murça acolheu o arranque do Festival Internacional Magos da Guitarra 2024. Decorreu no Auditório Caves de Murça o primeiro espetáculo integrado nas comemorações dos 800 anos de atribuição do primeiro foral a Murça. Esta iniciativa cultural é diferenciada e de excelência e uma forma de promoção do nosso território.

18. Atividade cultural "8 Séculos, 8 Concertos e 8 Igrejas". No âmbito das comemorações dos 800 anos da atribuição da carta foral ao Município de Murça, a Câmara Municipal, com a colaboração das paróquias, está a realizar, 8 concertos em 8 Igrejas do Concelho. Até ao momento as Igrejas matrizes de Murça, Fiolhoso, Jou, Vilares e Candedo receberam o projeto musical "Douro Aspeggio", que apresenta um repertório de música litúrgica e ligeira contemporânea.

19. Promoção do Desenvolvimento e Valorização do Concelho de Murça. Desporto Automóvel. O Município de Murça, pelo terceiro ano, vai apoiar a prática de desporto motorizado, que tem longa e enraizada tradição em Murça. As competições de âmbito local, regional, nacional e internacional também são um meio de promoção e desenvolvimento social, económico e cultural do nosso Concelho. Podem candidatar-se a estes apoios, pilotos que participem em provas de Desporto Automóvel, nas suas diferentes categorias de âmbito nacional, e sob a égide da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK). O valor a participar destina-se a suportar 80% dos custos com a rubrica inscrição, tem como referência os regulamentos das provas sob a égide da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK). É ainda requisito para se candidatar a este apoio ser residente no concelho e ter participação regular em provas ou campeonatos. Os beneficiários deste apoio têm de cumprir um conjunto de requisitos, entre os quais o envio dos comprovativos da inscrição nas

provas, bem como o envio de evidências como fotografias, resultados e proceder à colocação, nas viaturas, do logotipo oficial do Município de Murça ou de outros símbolos associados ao Município.

20. Rampa Porca de Murça. Nos dias 27 e 28 de abril de 2024 vai decorrer mais uma edição da Rampa Porca de Murça. Para além do Campeonato Portugal de Montanha (CPM), a Rampa vai contemplar provas pontuáveis para o Campeonato Portugal de Clássicos Montanha (CPCM), Campeonato Portugal Legends Montanha (CPLM), Campeonato Portugal de Montanha 1300 (CPM 1300) e Taça Portugal Kartcross de Montanha (TPKM). Dezenas de pilotos vão estar à partida de uma das provas mais técnicas do CPM e um verdadeiro ex-libris da velocidade em Portugal. As famosas "Curvas de Murça" prometem, uma vez mais, o regresso de emoções fortes a Murça.

Contratos de aquisições de serviços

21. Operações de Prevenção da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos"

- Candidatura PDR 2020-8.1.3-FEADER-084983

- ✓ Valor da adjudicação: 63.903,30 €;
- ✓ Adjudicatário: Floponor SA;
- ✓ Data da adjudicação: 08/03/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 180 dias;
- ✓ Data do contrato: 13/04/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em execução;

22. Suporte a Equipamentos HPE (Datacenter e DR)

- ✓ Valor da adjudicação: 11.561,00 €;
- ✓ Adjudicatário: RIS 2048 - Sistemas Informáticos e Comunicações S.A
- ✓ Data da adjudicação: 05/03/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 299 dias, até 31/12/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Em Execução;

23. Consultadoria e Corretagem de Seguros

- ✓ Valor da adjudicação: Contrato sem valor;
- ✓ Adjudicatário: Sospel - Corretor de Seguros
- ✓ Data da adjudicação: 23/02/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 36 meses;
- ✓ Estado do procedimento: Em Execução;

24. Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Murça

- ✓ Valor da adjudicação: 4.375,00 €;

- ✓ Adjudicatário: Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação SA;
- ✓ Data da adjudicação: 20/02/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 50 dias;
- ✓ Estado do procedimento: Em Execução;

25. Aquisição de materiais diversos em regime de fornecimento contínuo

- ✓ Valor da adjudicação: 9.859,23 €;
- ✓ Adjudicatário: Henrique Manuel Meireles, Unipessoal, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 05/03/2024;
- ✓ Prazo de Execução: 295 dias;
- ✓ Estado do procedimento: Em Execução

26. Aquisição de Serviços para "Elaboração do Plano de Ação do Plano Estratégico de resíduos sólidos urbanos de Murça (PAPERSU Murça)

- ✓ Valor da adjudicação: 4.200,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Irradiare - Investigação e Desenvolvimento em Engenharia e Ambiente;
- ✓ Data da adjudicação: 15/03/2023;
- ✓ Prazo de Execução: 4 meses;
- ✓ Estado do procedimento: Em Execução;

27. Concurso público para Aquisição de uma Máquina Retroescavadora nova, incluindo a retoma de uma Máquina Retroescavadora usada

- ✓ Valor Base: 90.000,00 €;
- ✓ Estado do procedimento: A receber propostas;

Contratos de empreitadas

28. Concurso Público "Remodelação e Ampliação do antigo edifício Pré-escolar para Posto Territorial da GNR de Murça"

- ✓ Valor da adjudicação: 1.070.000,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Teisil - Empresa de Construções, Lda;
- ✓ Data da adjudicação: 07/03/2024;
- ✓ Estado do procedimento: A Aguardar Visto Tribunal de Contas;

29. Concurso Público "Reposição de Equipamentos e Infraestruturas Municipais Danificadas pelos Incêndios Florestais ocorridos em 2022 no Município de Murça"

- ✓ Valor da adjudicação: 1.448.626,44 €;
- ✓ Adjudicatário: Higinio Pinheiro & Irmão S.A.
- ✓ Data da adjudicação: 07/03/2024;
- ✓ Estado do procedimento: A Aguardar Visto Tribunal de Contas;

30. Intervenções e Trabalhos de Estabilização de Emergência no Município de Murça - Contrato-programa APA - Ações de Reabilitação da Rede Hidrográfica

- ✓ Valor da adjudicação: 540.242,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Floponor S.A.
- ✓ Data da adjudicação: 22/03/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Aguardar assinatura de contrato

31. Intervenções e Trabalhos de Estabilização de Emergência no Município de Murça - Contrato-programa ICNF

- ✓ Valor da adjudicação: 506.179,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Floponor S.A.
- ✓ Data da adjudicação: 18/04/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Aguardar Documentos Habilitação

32. Concurso Público "Construção do Pontão da Ribeirinha"

- ✓ Valor da adjudicação: 262.682,00 €;
- ✓ Adjudicatário: Obras Campos Rocha, Lda
- ✓ Data da adjudicação: 18/04/2024;
- ✓ Estado do procedimento: Aguardar Documentos Habilitação

33. Concurso Público "Construção do Pontão de Penabeice"

- ✓ Preparação das peças do procedimento consulta prévia;
- ✓ Valor Base: 278.049,00€;
- ✓ Estado do procedimento: Lançamento do Concurso Público na plataforma Acingov e no DRE."

- O deputado do PS, Rui Ramos, abordou o ponto 4 da informação escrita, no qual se dá nota da celebração dos contratos de comodato entre a Associação Social Santo António de Serapicos, a Associação Cultural de Martim, a Assembleia de Compartes dos Baldios de Palheiros e a Associação da União Lagartos de Sobredo. Referir que, qualquer destino é melhor que nenhum, para estas escolas e por isso agradecer o compromisso da Câmara para com a Assembleia de Compartes dos Baldios de Palheiros, enquanto atual Presidente da Mesa da Assembleia de Compartes. Apenas também referir, que ainda não conseguiram reunir toda a documentação que lhes pedem, para a celebração deste contrato que se prende com a aprovação de um Regulamento Interno que exige publicação prévia. Esse processo está um pouco moroso, mas esperam que no espaço de um mês possam ter toda a documentação necessária, para que possa ser celebrado o referido contrato.

- A deputada do PS, Paula Catarino, questionou o Senhor Presidente da Câmara se o empréstimo que foi aprovado no dia 28/09/2023 já foi contraído ou não, uma vez que lhe parece ainda não estar refletido na Informação Financeira. Verifica um recebimento de 3 milhões e o pagamento de 1 milhão

e meio de euros e gostaria de saber essencialmente nos recebimentos, que verba tão avultada entrou aqui em 19 de fevereiro e em 2 de abril.

- O deputado do PS, André Lage, aludiu que, no ponto 24 refere um contrato de aquisição de serviços que diz respeito à Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Murça. Em que é que isto se traduz, uma vez que não há mais detalhes sobre este contrato.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu à questão do deputado Rui Ramos, referindo que não pode ser qualquer destino. O importante é que seja um bom destino e responsável. Quanto à questão do empréstimo, esclareceu que ainda não foi utilizada nenhuma verba do empréstimo. Está em curso a adjudicação da obra e estamos à espera que venha do Tribunal de Contas a autorização definitiva, para que aquilo que foi decidido em termos de contratação de empréstimo, seja validado pelo Tribunal de Contas. Na sequência dessa validação, é consignada a obra após a contratação e de todos os passos, que é necessário dar dentro da lei. Iniciada a obra, serão feitos os autos de medição e depois haverá prazos que teremos de cumprir e só no momento do pagamento, é que serão utilizadas as verbas que estão disponíveis no empréstimo contratado. Relativamente a uma variação significativa das disponibilidades financeiras que possam ter entrado, francamente não sabe em pormenor e perguntou ao Dr. Mário Sampaio que respondesse.

- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dr. Mário Sampaio, quanto às disponibilidades serem elevadas, respondeu que podemos considerar um conjunto de verbas que chamamos de verbas consignadas, que já recebemos, designadamente verbas no âmbito das intempéries, dos pontões, dos incêndios, de dois projetos da APA e do Ambiente que estão ligados à silvicultura. Estes valores são exatamente para esses movimentos financeiros, que rondará um milhão e setecentos mil euros, para pagamento desses objetivos, sendo que alguns já estão em curso.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, relativamente ao ponto 24, respondeu que o valor da adjudicação é de 4.375,00 mil euros e a empresa é Municípiã. Nomeadamente o aspeto da cartografia em que é necessário corrigir algumas alterações, para podermos cumprir a atualização do nosso Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e está em execução, esta atualização.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que, talvez se deva retratar pela expressão utilizada, para que não seja mal-entendido. Quando disse qualquer destino, pretendeu dizer que o que não deve acontecer é continuar este marasmo, em mantermos as escolas no estado em que estão por todo o

Concelho. Naturalmente, que se deve dar um destino àqueles edifícios, mas com o bom senso de se perceber o que ali se vai fazer.

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 15 de dezembro de 2023;
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

3 - Proposta N.º 21/GAP/2024 - União de Freguesias de Carva e Vilares. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;
(ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- O deputado do PS, Rui Ramos, pediu a palavra para dar nota que irão votar favoravelmente este ponto e esperam que seja feito bom proveito, porque qualquer investimento que seja feito nas freguesias terá sempre o apoio do seu grupo parlamentar.

- O Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares, José Sousa, cumprimentou todos os presentes e agradeceu o apoio que esta Câmara tem dado a todas as freguesias.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta 21/GAP/2024 - União de Freguesias de Carva e Vilares. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

4 - Proposta N.º 25/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Jou - Centro de Apoio ao Idoso. Protocolo de colaboração;
(ao abrigo da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, disse que, a Bancada Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente este ponto, porque toda a verba que seja para apoiar as pessoas que dela necessitam, como é o caso dos idosos é sempre uma mais-valia. No entanto, lamenta a falta de informação contabilística que o CAI continua a não apresentar. Deu como exemplo, a falta de informação relativamente ao número de utentes, o número de colaboradores afetos a este projeto e ao valor unitário das mensalidades. É referido no documento o valor de 14.800 euros, referente a ordenados dos colaboradores, mas depois tem uma chamada de atenção que diz recorrendo a Contratos de Emprego e Inserção + (IEFP) e fica na dúvida se estes 14.800 euros é a comparticipação do IEPF ou se é o custo que a Junta de Freguesia tem além da comparticipação do IEPF. Em seu entender, poderia haver mais informação contabilística relativamente ao CAI como já foi solicitado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de setembro 2023 onde veio também uma verba para o CAI de Jou.

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Executivo Municipal por mais uma vez, colocar este ponto à Assembleia. Relativamente à intervenção da deputada Paula Catarino, disse que para eles também é difícil porque o CAI está inserido nas contas da Junta de Freguesia e não conseguem fazer uma apresentação de contas separada. As contas do CAI estão no contribuinte da Junta de Freguesia, daí a dificuldade.

- A deputada do PS, Paula Catarino, insistiu em referir que, quando diz informação financeira sabe que o CAI, como já foi dito aqui, é uma valência da Freguesia de Jou e a natureza jurídica é a mesma. Mas, a junta de Freguesia deve ter um controle de quais são os colaboradores que estão afetos a este tipo de serviço, qual o número de utentes, etc. Esta é uma contabilidade que também é simples de fazer. Obviamente, que aqui ninguém quer as contas da Freguesia de Jou ou que seja feita uma contabilidade exaustiva, mas poderia vir mais um pouco de informação, apenas isso.

Votação:	
<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta 25/GAP/2024 – Junta de Freguesia de Jou – Centro de Apoio ao Idoso. Protocolo de Colaboração.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

5 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2023;
(nos termos do artigo 77º, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, disse que, o que lhe chama a atenção, uma vez mais, é a baixa execução da despesa, principalmente que desceu comparativamente com o ano de 2022 em 10% e se virmos a despesa de capital, esta descida passa de 17%, pelo que, o investimento ficou um pouco aquém do que era esperado. Depois no quadro da pág. 12, há uns valores que gostaria que lhe fossem explicados. Dá para perceber que nos serviços de tratamento e recolha de sólidos houve um aumento significativo, mas isso tem a ver com uma verba de 2022 que foi paga em 2023. Mas, as descidas na “Eletricidade” e nos “Combustíveis e Lubrificantes” é tão acentuada que gostaria de perceber o que é que fez o Município, para ter esta descida superior a 100 mil euros. Depois no ponto 15, disse que lamenta, mais uma vez, o resultado líquido negativo superior a 131 mil euros e no ponto 17, fica na dúvida se esta verba de 1.626.167,00€, é de dívidas de terceiros para com o Município, ou é uma dívida da ADIN para com o Município?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, pediu ao Dr. Mário Sampaio, para ser ele a responder às questões colocadas pela deputada Paula Catarino. Relativamente ao valor de 1.626.167,00€ que referiu, esclareceu que há uma coisa que é a comparticipação no capital social e outra coisa é o valor total da nossa entrada no capital social da ADIN e no resto do conjunto das infraestruturas que foram alocadas à ADIN. A diferença entre a nossa parte no capital social e aquilo que foi transferido para a ADIN, dá o valor das prestações suplementares que tanto Murça como todos os outros Município têm. Por isso é que Vila Real tem um valor significativo, mas não pode ter mais de 48% do valor do capital social, por isso é que tudo que seja superior ao valor total do capital social vai para prestações suplementares e que é contabilizados como “Outros Ativos Financeiros”. Quanto à descida de combustíveis, pensa que possa haver aqui algum desvio na redução devido aos transportes elétricos. Também tem havido protocolos com as associações às quais disponibilizávamos transportes, mas não fazendo os transportes, que fazíamos antes.

- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dr. Mário Sampaio, respondeu que a autarquia, em anos anteriores, além dos transportes escolares disponibilizava o serviço de transportes ao nível de

visitas de estudo e também ao Murça Sport Clube e entravam todos na prestação de contas e agora é transferida uma verba, para os clubes ou para o Agrupamento de Escolas, para esse efeito. Relativamente à eletricidade, disse que há alguns desfasamentos plurianuais porque há despesa de um ano que depois passa para o ano seguinte e muitas vezes vai empolar esses valores.

A assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o documento

6 – Prestação de Contas do Ano de 2023;

(alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, deu os parabéns a quem elaborou o documento, referindo que este ano está mais completo. Disse que, no quadro de pessoal constam 139 trabalhadores, sendo 9 em comissão de serviço, 128 no quadro e 3 em contrato resolutivo certo e questionou se seria possível saber quantas pessoas existem com contrato de avença e nos contratos de inserção +. Verifica que, a maior parte dos funcionários do Município são do sexo feminino, no entanto em cargos de chefia é exatamente ao contrário, ou seja 7 masculinos contra 2 femininos. Desconhece se existe alguma explicação para isto ou não, mas é estranho. Relativamente ao ponto 3.3, alertou para um possível lapso, uma vez que diz saldo a transitar para o ano 2023 e deverá dizer para o ano 2024. Chamou a atenção para algumas reservas referidas pelo auditor, relativamente ao valor do património do Município que ainda não está todo registado, sendo que apenas está registada a Escola EB 2/3 e Secundária de Murça e duas viaturas. Sendo, que este é o ponto de reserva do auditor que diz que não é possível verificar qual era o impacto que tais ajustamentos teriam no património do Município e diz ainda conforme referido no capítulo 9 do Relatório de Gestão, relativo à contabilidade de gestão, a entidade não incluiu todas as divulgações previstas, mas divulgou as razões, desta insuficiência. Gostaria de saber quais não foram divulgadas e qual a razão de não o terem sido. Relativamente ao ponto 6, existem vários casos de valores supervalorizados como é o caso do 6.7 do Núcleo Museológico do Herói Milhões, do 6.8 que é a prestação da administração de sistemas de informação cadastral, entre outros. Por exemplo, o 6.14 que refere os montantes da ADIN que se encontram subavaliados, nos montantes referidos. Chamou ainda a atenção para o ponto 6.19, que é dos contratos já terminados de cerca de 102 mil euros e que estarão por arrecadar, se já foi feita alguma coisa ou o que será feito. Por último, referiu o parecer do relatório do revisor que diz que *“face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, apreciar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano de 2022”,*

deve ser o exercício 23, isto está na última página do revisor e antes do ponto 7. Portanto, estas chamadinhas de atenção foram subvalorizadas e não percebe muito bem porquê.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, sobre este ponto, disse que há alguns aspetos de pormenor que o Dr. Mário Sampaio poderá responder e explicar o melhor possível. Quanto às questões que são de carácter mais político, disse que o Relatório e Contas, acaba por ser a fotografia daquilo que aconteceu dentro das regras e daquilo que é possível. Relativamente ao ponto 6.19 dos Contratos CEI por pagar do IEFP, disse que há na verdade muitos atrasos, que estão sempre a reclamar, mas pior que isso, são também os atrasos na contratação dos mesmos CEI e é uma preocupação que têm de forma permanente. Quanto aos cargos de chefia serem exercidos maioritariamente por homens, acredita que no futuro possa ser corrigido, até porque, no fundo, estamos a semear aquilo que é importante para isso, que é ter mais mulheres no conjunto da autarquia. Futuramente poderão desenvolver o trabalho técnico e ter funções de maior responsabilidade. Sobre as contas aproveitou para ler o seguinte: *“Relatório de contas de 2023. As contas evidenciadas neste relatório demonstram que o orçamento para 2023 foi planeado com rigor e prudência. No ano de 2023 a receita executada foi de 11.083.788 euros, e a despesa executada foi 8.977.098 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 88,99% e 72,1%, respetivamente. O valor da receita corrente suplantou a despesa corrente em cerca de 890 mil euros, gerando uma poupança corrente que permitiu financiar as despesas de capital. No âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro verifica-se que é cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada (7.816.216 euros) deve ser pelo menos igual à despesa corrente (6.922.656 euros), acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (448.332 euros), resultando um equilíbrio orçamental de 445.228 euros. Os indicadores do balanço expressam a atividade do município e fornecem alguns sinais da forma como evoluiu a situação financeira da autarquia, relevando uma boa situação financeira. Da atividade desenvolvida ao longo do exercício de 2023, resultou, em consequência das dinâmicas dos gastos e rendimentos o resultado Líquido do Período negativo de 131.496 euros, valor superior quando comparado com o resultado líquido de 2022, que ascendeu a 534.416 euros negativos. Não obstante o resultado negativo, o resultado antes de depreciações e gastos financeiros é positivo (1.120.455 euros). Devemos ainda realçar que, mesmo com a incorporação do resultado líquido alcançado, verificamos um aumento do património líquido do Município de Murça em 3.206.418 euros. Constatamos também que a operação do Município está equilibrada, gerando um resultado positivo de 475 mil euros, ou seja gera liquidez para cumprir as suas obrigações em matéria de dívidas e para financiar os custos operacionais. As demonstrações financeiras e de desempenho orçamental apresentadas são uma representação fidedigna do desempenho financeiro e orçamental do município de Murça no decurso do ano económico de 2023. Por último uma palavra de apreço aos funcionários e colaboradores do Município, pelo sentido de compromisso, profissionalismo e responsabilidade de sempre.”* Disse que, é importante deixar

aqui uma visão mais política deste documento e como referiu a deputada Paula Catarino, é cada vez mais complexo. Logo que recebeu o documento, fê-lo chegar aos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Quanto às questões particulares colocadas pela deputada Paula Catarino, são com certeza pertinentes e é importante esclarecer, pedindo ao Dr. Mário Sampaio que fosse ele a fazê-lo.

- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dr. Mário Sampaio, respondeu que este documento resume tudo o que vai acontecendo. Ele abrange as três dimensões: humana, financeira e legal. Existe sempre a preocupação de contemplar estas três dimensões porque elas são verificadas pelo Tribunal de Contas, além das questões financeiras e legais, as questões humanas, são aquelas que também levantam um conjunto de responsabilidades a ter em conta.

A esse nível, tanto financeiro como legal, o documento cumpre esse desígnio. Por exemplo, o prazo médio de pagamento a fornecedores era no fim do ano de 51 dias, um prazo muito bom. Relativamente à execução, cumprimos a execução em 89% da receita. Estão aqui um conjunto de indicadores que foram todos cumpridos. Portanto, a esse nível o município pode estar descansado relativamente às questões legais. Quanto ao aspeto humano, convém sempre espelhar a sua evolução na prestação de contas. Este ano, denota-se aqui um desenvolvimento do trabalho, ou seja, nos recursos humanos houve evolução na capacitação do município, de enfrentar as questões que se colocam no futuro. Ao nível dos técnicos superiores houve um acréscimo, por mobilidade ou por entrada, ao nível das habilitações do 12º Ano também houve aqui uma melhoria. No ano anterior estávamos com 54% dos funcionários com 50 ou mais anos de idade e este ano passamos para 47%, facto que deve estar refletivo e expresso nas contas. Quanto às questões colocadas relativamente ao património, respondeu que estão a trabalhar nesta área. Neste momento, não conseguimos fazer a correlação entre o imobilizado que está nas aplicações e aquilo que temos na conservatória. Este é um trabalho que vai demorar e não será para o ano, provavelmente. Estamos a trabalhar nisso e irá demorar algum tempo até que fique pronto, porque implica um conjunto de tarefas, designadamente com a conservatória e com equipas a trabalhar no terreno.

Relativamente à questão da reserva no relatório sobre a Escola EB 2/3 e Secundária de Murça, respondeu que isso tem a ver com a transferência de competências. O imobilizado dos imóveis foram transferidos, mas ainda não recebemos a documentação necessária da Direção-Geral do Património, para ser devidamente tratado e incluído no nosso património. Ao nível da saúde, já estão em nome do Município as viaturas do Centro de Saúde e outros equipamentos. Contudo, é um processo dinâmico que vai demorar algum tempo. Relativamente à questão da contabilidade de gestão, esclareceu que a autarquia trabalha com outras contabilidades, contabilidade orçamental, patrimonial e de gestão. A contabilidade de gestão é aquela que no fundo vai acomodar os custos por

atividade e em termos gerais é assim que isto funciona. A contabilidade de gestão foi implementada há uns anos, entretanto com a alteração para o POCAL e agora com esta nova alteração para o sistema nacional de contabilidade, existem algumas incoerências, relativamente ao plano que estamos a usar. Esperamos que, durante este ano possamos começar a desenvolver trabalhos no sentido de melhorar e afinar esta questão da contabilidade dos custos. Relativamente às questões referidas pelo auditor, respondeu que nas demonstrações financeiras, está o relato de tudo aquilo que não está expresso nas contas. Quanto à ADIN, esclareceu que estes valores estão relacionados com as dívidas, ou seja, como aconteceu com a Câmara, acontece também com a ADIN. Há pessoas que não pagam a água a tempo e essa informação vai acumulando. Há um conjunto de informação que não chega ou chega muito tarde ao município, valores que ainda não foram recebidos. Julga que tem a ver com esse fator, mas são questões dinâmicas, ou seja, as questões deste ano irão depois produzir efeitos no próximo ano.

Votação:	
<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas do Ano de 2023.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, perante esta votação, deixou uma palavra de agradecimento e de reconhecimento pelo trabalho feito, porque é sempre bom que, numa circunstância destas, possa ter este tipo de votação.

- O deputado do PS, Rui Ramos, clarificou que, a sua bancada parlamentar votou favoravelmente este ponto, porque entendem que este documento técnico está realmente bem elaborado, dando os parabéns a quem o elaborou e ainda que, aquilo que estão a apreciar é um documento técnico, não

são opções políticas. O documento está realmente bem elaborado e as questões que colocaram não são relevantes, para se absterem ou votarem contra, daí a votação favorável.

7 - Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para a “Execução de empreitada para a requalificação de diversas estradas e arruamentos do Concelho de Murça”, até ao montante de 1.981.123,04€ - Relatório Final.

(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores)

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que a sua bancada parlamentar votará favoravelmente este ponto, no que diz respeito a esta matéria. No entanto, relembra que o investimento que aqui está feito é muito direcionado para uma determinada parte do Município. Não esquecer que Murça não é só do Bairro Herói Milhões para cima, existem outras zonas que necessitam de ser também, intervencionadas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que é importante ter a noção de que, neste momento, com o concurso que decorrer na primeira fase e com o concurso que vai decorrer na segunda fase na sequência deste empréstimo, o máximo que vamos ficar endividados é de 2.506 mil euros. Quanto à intervenção do deputado Rui Ramos, referiu que é uma visão algo redutora. O investimento não é apenas feito do Bairro Herói Milhões para cima, existem outras estradas. O Salgueiro está aqui contemplado, também está contemplada uma rua em Noura e ainda outras ruas em Murça e à exceção de Candedo, Fiolhoso e Carva/Vilares há quatro freguesias que são contempladas com intervenções, há muito desejadas. Se a terceira fase, que está já em projeto avançar, só ficarão vias que ainda são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, por requalificar.

- O deputado do PS, Rui Ramos, insistiu que, há alguma demagogia quando comparamos um investimento de 4.700 euros na aldeia de Salgueiro com um investimento de 1 milhão e 800 mil na Freguesia de Jou. É bem diferente e é apenas isso que estão a questionar. É evidente que se esse investimento está a ser feito, é porque é necessário e não está posto em questão. Aquela zona do Município está efetivamente mais necessitada. Todos nós compreendemos isso e vamos votar favoravelmente. Agora, também não aceito a sua demagogia de comparar o investimento que é feito na aldeia de Salgueiro com o investimento que é feito na Freguesia de Jou, não tem comparação.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que o deputado Rui Ramos não está a ser rigoroso. Esclareceu que o investimento em Salgueiro é substantivamente superior. O valor é

superior a 30 mil euros e quem lhe dera a ele, estar a fazer investimentos em todas as freguesias do concelho.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que, não pretende prolongar esta conversa até porque não tem o documento com ele, não é chamado ao debate essa matéria senão teria vindo preparado e seria rigoroso. Mas, tem quase a certeza que no caderno de encargos que veio para as obras que vão ser resultado deste empréstimo, o que estava tabulado para a aldeia de Salgueiro eram qualquer coisa como 4.700 euros, que era o arranjo da escola. Poderá estar equivocado, mas ainda assim o que está aqui em questão é a comparação que o Senhor Presidente faz com o investimento, de uma situação com a outra. Acha que não é lógico, sinceramente. Sejam 30 mil ou 40 mil, não está em questão. A grande fatia do investimento e é isto que temos de tirar deste debate, a grande fatia do investimento, vai para Jou e muito bem, é porque é necessário. Não esquecer o resto do Município, só isso.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Relatório Final de contratação de empréstimo de médio e longo prazo para a “Execução de empreitada para a requalificação de diversas estradas e arruamentos do Concelho de Murça”, até ao montante de 1.981.123,04€.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenções

//

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 - Proposta N° 21/GAP/2024 - União de Freguesias de Carva e Vilares. Apoio Pontual às Freguesias. Comparticipação em investimentos;
(ao abrigo da alínea j), do n° 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Proposta N° 25/GAP/2024 - Junta de Freguesia de Jou - Centro de Apoio ao Idoso. Protocolo de colaboração;
(ao abrigo da alínea j), do n° 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

5 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2023;
(nos termos do artigo 77º, n° 2, alínea d) da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro)

6 - Prestação de Contas do Ano de 2023;
(alínea l) do n° 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro)

7 - Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para a "Execução de empreitada para a requalificação de diversas estradas e arruamentos do Concelho de Murça", até ao montante de 1.981.123,04€ - Relatório Final.
(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e ulteriores)

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a ata em minuta.

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

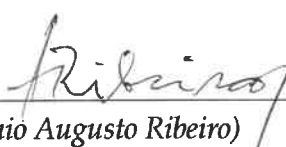
ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrada a sessão e agradeceu a presença e a colaboração de todos.

Os trabalhos encerraram às 17:00, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal


(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal


(Cláudia Alexandra da Cruz C. G. e Vilaverde)

[illegible]